CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA – PROCESSO 24/2021

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS

Aprovado, 02/12/2021
O Vice-Presidente da Câmara, em substituição do Presidente da Câmara na sua ausência

(Artur José Alves Nunes Ferreira)

Parte I

Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.ª
Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de seguros, de acordo com as especificações técnicas previstas na Parte II da presente peça procedimental.

Cláusula 2.ª
Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) O suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;
   e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

Cláusula 3.ª

Produção de efeitos e prazo de vigência do Contrato

Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar, o contrato a celebrar terá início no dia 01 de janeiro de 2022 ou no dia imediato ao da sua assinatura, caso a última seja posterior à primeira, e manter-se-á em vigor até 31 de dezembro de 2022, em conformidade com os respetivos termos, condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei.

Cláusula 4.ª

Obrigações gerais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações gerais:

a) Atuar com zelo e diligência, devendo observar os prazos que lhe forem fixados para a execução dos serviços;
b) Afetar, para a prestação dos serviços, as habilitações, a capacidade, a especialização e a experiência necessária para assegurar um elevado padrão de qualidade na execução dos serviços, bem como para dar, em tempo útil, uma resposta e correção rápida a qualquer problema relativo à qualidade dos serviços por si prestados;
c) Alertar para alterações legislativas com reflexos nas prestações contratadas;
d) Cumprir todas as instruções e diretivas gerais dadas pela entidade adjudicante;
e) Guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
f) Para efeitos da alínea anterior, a informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;
g) Não alterar as condições de prestação do serviço contratado;
h) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

i) Comunicar antecipadamente ao Município do Porto Santo os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado.

Cláusula 5.ª
Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo expresso na cláusula anterior mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 6.ª
Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o contraente público venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o prestador de serviços indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 7.ª
Garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações de fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

Cláusula 8.ª
Preço contratual

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município do Porto Santo pagará ao fornecedor de serviços o preço constante da proposta adjudicada.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante[1].

Cláusula 9.ª
Preço base global e unitário

O preço base global do presente procedimento é de 34 000,00 € (trinta e quatro mil euros), sendo este o preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, o qual traduz os seguintes preços base unitários:

a) Tipo 1: Prazo: 01/01/2022 a 31/12/2022 | Acidentes de trabalho, frota, multirriscos, responsabilidade civil geral, responsabilidade civil de parques infantis e responsabilidade civil das instalações desportivas:

Tipo	Preço base unitário
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	19 200,00 €
Frota automóvel	8 000,00 €
Património/Imóveis (incluindo recheio)	2 500,00 €
Responsabilidade Civil de Exploração	1 000,00 €
Responsabilidade Civil dos Parques Infantis	900,00 €
Responsabilidade Civil das Instalações Desportivas	1 600,00 €

b) Tipo 2: Prazo: 01/01/2022 a 31/12/2022 | Acidentes Pessoais:

Tipo	Preço base unitário
Acidentes pessoais (autarcas)	800,00 €

[1] Incluindo, entre outras, as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

Cláusula 10.ª
Condições de pagamento

1. As quantias devidas nos termos da cláusula anterior serão pagas por ramo e de acordo com o definido em cada apólice, após a receção pelo Município do Porto Santo da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e deve fazer sempre referência ao número de processo/número de compromisso e após cumpridas todas as formalidades legais – conferência da situação contributiva e tributária do fornecedor.
2. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, o Município do Porto Santo deve comunicar ao fornecedor de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida ou nota de crédito.
3. Ao Município do Porto Santo reserva-se o direito de proceder à devolução de qualquer fatura que não contenha expressamente identificado o número de compromisso a que diz respeito.
4. Em caso de devolução de fatura nos termos do número anterior, o prazo de pagamento referido no n.º 3 desta cláusula será contado a partir da data de receção da fatura onde conste o número da respetiva nota de encomenda.

Cláusula 11.ª
Modificações objetivas ao contrato

Ao contrato resultante do presente procedimento pré-contratual serão permitidas as modificações objetivas do contrato estabelecidos no Código dos Contratos Públicos, atentos aos respetivos fundamentos e limites.

Cláusula 12.ª
Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao fornecedor de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento das datas, prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, poderá ser aplicada

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

uma penalidade de 1% por cada dia de atraso, calculado sobre o valor do saldo contratual, até ao máximo de 20% do valor contratual;

b) Quando o limite referido na alínea anterior for alcançado e o Município do Porto Santo do Porto Santo decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar um grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos;

c) Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município do Porto Santo do Porto Santo tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

2. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
3. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indeminização pelo dano excedente.

Cláusula 13.ª
Casos de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se com tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar caso de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 14.ª
Resolução do contrato pelo contraente público

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do Contrato de Prestação de Serviços e de outros aqui previstos, o Município do Porto Santo pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
   a) Incumprimento, ainda que parcial, do Contrato de Prestação de Serviços por facto imputável ao Adjudicatário;
   b) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;
   c) O não cumprimento definitivo das obrigações assumidas em todo o clausulado do presente caderno de encargos.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

d) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

e) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas pelo Adjudicatário com inobservância dos termos e limites previstos na lei e ou no presente Caderno de Encargos;

f) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

g) Se o Prestador de Serviços for dissolvido ou se o mesmo se apresentar à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

h) Se o Adjudicatário não contratar e mantiver válidos os seguros, nos termos exigidos pelo presente Caderno de Encargos;

i) Se o Adjudicatário prestar informações falsas à Entidade Adjudicante, salvo se o Adjudicatário demonstrar falta de intencionalidade na prestação dessa informação;

j) Se o Adjudicatário for condenado, por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afete de forma grave a sua honorabilidade;

k) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do Adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a Entidade Adjudicante poder executar as garantias prestadas.

3. No caso previsto na alínea k) do número anterior, o Adjudicatário tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao Adjudicatário o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada pela Entidade Adjudicante ao Adjudicatário com 10 (dez) dias de antecedência

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

relativamente à respetiva produção de efeitos e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

6. O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação de sanções ao Adjudicatário que se mostrem devidas nos termos do Contrato, assim como as indemnizações legais e contratuais devidas à Entidade Adjudicante.

Cláusula 15.ª
Resolução do por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 16.ª
Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes dependem da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 17.ª
Comunicações e notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas nos termos do Código dos Contratos Públicos. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª
Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O fornecedor obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Município do Porto Santo ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o fornecedor tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município do Porto Santo ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas do próprio Município do Porto Santo.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

3. O fornecedor compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município do Porto Santo ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo Município do Porto Santo.
4. No caso em que o fornecedor seja autorizado pelo Município do Porto Santo a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
5. O fornecedor obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o fornecedor celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. O fornecedor obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
   a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município do Porto Santo única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
   b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
   c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
   d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Município do Porto Santo esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
   e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Município do Porto Santo contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7. O fornecedor será responsável por qualquer prejuízo em que o Município do Porto Santo venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao fornecedor, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.
9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Cláusula 19.ª
Gestor do contrato

Nos termos do artigo 96.º, conjugado com o artigo 290.º-A do CCP, será designado um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, incluindo o dever de acompanhar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, que constituem, para todos os efeitos, obrigações acessórias da parte adjudicatária.

Cláusula 20.ª
Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

Cláusula 21.ª
Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª
Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

Parte II

Especificações Técnicas

Cláusula 23.ª

Objeto e condições gerais

1. O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de seguros, designadamente dos seguintes ramos:
   a) Acidentes de trabalho e doenças profissionais;
   b) Frota automóvel;
   c) Património/imóveis (incluindo recheio);
   d) Responsabilidade Civil de Exploração;
   e) Responsabilidade Civil dos Parques Infantis;
   f) Responsabilidade Civil das Instalações Desportivas;
   g) Acidentes pessoais (autarcas).
2. Em anexo à presente peça (Anexo I) são indicados, por ramos, os parâmetros dos riscos a segurar, capitais, coberturas, franquias e legislação, sempre que aplicável.
3. Se outra data não for expressamente comunicada, pretende-se que as datas de efeito dos seguros contratados seja 1 de janeiro de 2022, altura em que, havendo seguros ainda em vigor sobre o mesmo objeto ou pessoa segura, deverão ser rescindidos, com a consequente transferência de risco para a entidade adjudicatária do presente procedimento.
4. As propostas de cobertura de riscos visam prevenir efeitos emergentes da atividade desenvolvida pela entidade, e a ela imputável, em matéria de danos corporais e/ou materiais que se venham a manifestar sobre os seus patrimónios, os seus profissionais, munícipes e população em geral.
5. O adjudicatário deve prestar de forma clara, por escrito, todos os esclarecimentos exigíveis das condições de cada contrato.
6. O tomador do seguro deve ser avisado, por escrito, do montante a pagar, assim como da forma de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias, em relação à data em que se vence o prémio ou fração deste.
7. Não poderá verificar-se qualquer exclusão ou alteração das coberturas das apólices apresentadas a concurso e aceites pela entidade adjudicante.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

8. Deverá ser disponibilizada uma linha telefónica privilegiada para a entidade adjudicante, para apoio permanente à ocorrência de sinistros (24 horas por dia, 7 dias por semana).
9. A linha telefónica referida no ponto anterior servirá igualmente para marcação de peritagem, no prazo de 24 horas.
10. Sempre que ocorrer o abate ou a cedência de viaturas, a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada.
11. Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos veículos.
12. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
13. São anexados ainda ao presente caderno de encargos os seguintes elementos:
    a) Listagem dos trabalhadores do Município do Porto Santo;
    b) Listagem dos autarcas a incluir no seguro de acidentes pessoais;
    c) Balanço social relativo aos últimos 3 anos;
    d) Indicação dos números das apólices em vigor no ano de 2021 (cujas condições são idênticas às condições que presentemente se pretende contratar).

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

ANEXO I
Parâmetros dos riscos a segurar, capitais, coberturas, franquias e legislação aplicável – n.º 2 da Cláusula 23.º do Caderno de Encargos

I. Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

1. OBJETO DO SEGURO

A responsabilidade do tomador do seguro pelos encargos provenientes de acidentes de trabalho do pessoal afeto à entidade adjudicante, independentemente do seu vínculo contratual, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 novembro, na sua versão mais atualizada e demais legislação em vigor e de acordo com as condições gerais da apólice uniforme.

2. ÂMBITO DO SEGURO:

a) Ficam abrangidos por este contrato todos os trabalhadores, contratados por tempo indeterminado ou a termo ao serviço do município, inscritos no Regime de Proteção Social Convergente (RPSC - Caixa Geral de Aposentações) e no Regime Geral de Segurança Social (RGSS), de acordo com o Quadro 1, e, ainda, todo aquele que, considerando-se na dependência económica do tomador do seguro, preste, em conjunto ou isoladamente, determinado serviço. Refira-se que, sem prejuízo da permanente atualização da listagem de trabalhadores abrangidos por este tipo de seguro, o total de trabalhadores é de 110 na data de hoje, devendo considerar para a proposta a entrada de mais 1 Técnico Superior, dois Assistente Técnicos e 1 Chefe de Divisão, que deverá ocorrer a meados do ano de 2022.

b) O local de trabalho a segurar é todo o lugar em que o trabalhador se encontra ou deva dirigir-se em virtude do seu trabalho e em que esteja, direta ou indiretamente, sujeito ao controlo do tomador do seguro;

c) O tempo de trabalho engloba todos os acidentes que possam ocorrer no local de trabalho e durante o período de laboração, o que preceder o seu início, em atos de preparação ou com ele relacionados, e o que se lhe seguir, em atos também com ele relacionados, e as interrupções normais ou forçosas de trabalho, e ainda no percurso de e para o local de trabalho, garantindo-

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

se, nessas interrupções, os acidentes ocorridos durante o período da deslocação entre o local de trabalho e o local da refeição;

d) Em conformidade com o n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 503/99, 20 de novembro, a entidade adjudicante transfere a responsabilidade por acidentes em serviço prevista naquele diploma para o adjudicatário;

e) Para o efeito o tomador do seguro, obriga-se a remeter ao adjudicatário, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais do mês anterior;

f) O seguro será celebrado na modalidade de prémio variável;

g) No final de cada ano civil será sempre efetuado o acerto relativo ao montante do prémio variável, sendo que o cocontrante deverá apresentar informação de suporte para o apuramento do acerto.

3. **COBERTURAS E GARANTIAS:**

3.1. Ficam cobertos os acidentes de trabalho que ocorram em Portugal e, automaticamente os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos até 15 dias, sem qualquer agravamento tarifário;

3.2. Para efeitos da alínea anterior, o tomador do seguro obriga-se a comunicar previamente ao adjudicatário as deslocações a efetuar ao estrangeiro;

3.3. Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento ficarão a cargo do adjudicatário;

3.4. O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes de Trabalho, os respetivos salários e subsídio de férias e de Natal;

3.5. As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário líquido, englobando as remunerações, de carácter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura, nos termos legalmente previstos;

3.6. O adjudicatário assumirá eventuais reembolsos efetuados pela Caixa Geral de Aposentações (C.G.A.) à entidade adjudicante (no âmbito do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na versão atualizada), correspondentes a responsabilidades com eventuais

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

pensões ou subsídios pagos pela C.G.A. ao abrigo do disposto nos artigos 34.º, 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na versão atualizada, nos sinistros ocorridos ao abrigo deste contrato;

3.7. Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na versão atualizada;

3.8. Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente em serviço e que seja consequência de tal tratamento;

3.9. O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na sua redação atual, deverá contemplar os mínimos exigidos na legislação em vigor, entre outros:

3.9.1. Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa, referindo ainda:

a) O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;

b) A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;

c) Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;

d) Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

3.9.2. Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:

a) No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;

b) Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.

3.10. O direito à reparação em dinheiro compreende:

3.10.1. Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente em serviço;

3.10.2. Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente;

3.10.3. Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa:

a) Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;

b) O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;

c) O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.

3.10.4. Subsídio para readaptação de habitação;

3.10.5. Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;

3.10.6. Despesas de funeral e subsídio por morte:

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

a) Despesas de Funeral – 4 vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada, que será aumentada para o dobro se houver trasladação;
b) Subsídio por morte – 12 vezes a remuneração mínima mensal garantida mais elevada;
c) Pensão aos beneficiários legalmente reconhecidos, no caso de morte.

3.10.7. Incapacidade temporária;

3.10.8. Incapacidade permanente parcial e absoluta;

3.10.9. Deverá ser disponibilizada uma Linha Acidentes de trabalho, disponível 24h/dia, 7 dias/semana. Se tal se revelar impossível operacionalmente, aceita-se que o período mínimo de funcionamento daquela linha abranja o período das 08:00h às 20:00h, 7 dias por semana;

3.10.10. Devem ser fornecidas ao Município do Porto Santo 18 caixas de primeiros socorros.

4. PREVISÃO SALARIAL ANUAL

O montante do capital seguro é 1.982.162,22€ (um milhão, novecentos e oitenta e dois mil cento e sessenta e dois euros e vinte e dois cêntimos), composto pelo salário ilíquido sem encargos, mais todas as prestações que revistam carácter de regularidade (p. ex. subsídio de férias, Natal, insularidade; turno, alimentação), de todos os trabalhadores admitidos e previstos admitir.

5. PAGAMENTO DE INCAPACIDADES TEMPORÁRIAS E DESPESAS MÉDICAS

5.1. As indeminizações por incapacidade temporária (I.T.) serão liquidadas à entidade adjudicante, figurando esta como entidade recebedora, dado que eta repõe o salário do trabalhador sinistrado quando este se encontra de baixa por acidente de trabalho.

5.2. As despesas médicas ou outras despesas eventualmente suportadas pelo sinistrado deverão ser enviadas e liquidadas diretamente aos respetivos lesados.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1. Não sendo motivo de exclusão, é desejável, ainda assim, que o segurador se comprometa a celebrar acordos com pelo menos uma Clínica / consultório, sediadas no concelho do Porto Santo para assistir os sinistrados.

6.2. O segurador procederá à celebração de acordos com pelo menos uma farmácia sediada no concelho do Porto Santo, de forma a isentar os sinistrados do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias à seguradora.

6.3. A seguradora terá de disponibilizar o acesso da participação on-line de Acidente de Trabalho e com a possibilidade de consultar informação sobre os processos.

7. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do prémio de seguro será efetuado trimestralmente, sem custos adicionais, incluindo a emissão e reemissão de apólice.

II. Seguro de Frota Automóvel

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

1.1. Pretende-se um seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, previsto no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na versão atualizada, para a frota automóvel da entidade adjudicante, com base num prémio total anual por veículo e durante todo o período de vigência do contrato de seguro.

1.2. A frota automóvel da entidade adjudicante é composta pelos veículos propriedade da mesma, bem como, viaturas cedidas por protocolo a esta, cuja responsabilidade pelo seguro lhe tenha sido transmitida.

1.3. O seguro obriga a reparação dos danos corporais ou materiais causados a terceiros, em que a morte integra o conceito de dano corporal.

1.4. Quando o acidente for simultaneamente de viação e de trabalho, aplicar-se-ão as disposições do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua atual redação, tendo em atenção as constantes da legislação especial de acidentes de trabalho.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

1.5. O disposto no parágrafo anterior é aplicável, com as devidas adaptações, quando o acidente possa qualificar-se como acidente em serviço, nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, na versão atualizada.

1.6. O seguro abrange também máquinas de casco (riscos de circulação), sem locomoção própria, colocada em veículo do município, sem designação fixa de veículo transportador.

2. **CAPITAIS E COBERTURAS:**

2.1. Os veículos a segurar estão identificados no Tabela I com as respetivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

2.2. Cobertura Obrigatória:

a) Responsabilidade civil (R.C.)

b) Assistência em viagem (A.V.): abrange a assistência, em caso de avaria ou acidente, e o transporte do veículo, ocupantes e bagagens, incluídos os autocarros;

c) Proteção jurídica (Prot. Jur.): garante assistência jurídica, para defender ou fazer valer os seus direitos, em processos judiciais empreendidos por si ou contra si, em consequência de acidente de viação;

d) Quebra Isolada de Vidros (Q.I.V.) (Ligeiros: limite até 1.000,00€ e nos Pesados: limite até 2.500,00 €): garante os danos, causados, por causa não compreendida, em virtude de quebra isolada dos vidros.

2.3. Coberturas Opcionais: Acidentes Pessoais para Ocupantes de Viatura (Oc. Viat.) (todos os ocupantes), em consequência de acidente de viação com o veículo seguro, ficará garantido as seguintes indemnizações:

Cobertura	Capital
Morte ou Invalidez Permanente	15.000,00 €
Despesas de tratamento/Repatriamento	1.500,00 €
Despesas de Funeral	1.500,00 €

3.REGULARIZAÇÃO DE SINISTROS - Para a regularização dos sinistros aplicar-se-ão as regras e os procedimentos dispostos no Capítulo III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, na sua redação atual:

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

a) Aquando da celebração de um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel, a empresa de seguros deve prestar informação relevante relativamente aos procedimentos que adota em caso de sinistro.

4. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

4.1. A proposta a apresentar deve indicar os prémios totais anuais por viatura;

4.2. Indicar a rede de oficinas convencionadas pelo adjudicatário na zona do Porto Santo;

4.3. O adjudicatário deverá garantir o correto cancelamento das apólices a descontinuar, para que não existam duplicação de coberturas e respetivos custos, ou falta de cobertura por anulação das apólices existentes antes da entrada em vigor do novo Plano de Seguros;

4.4. Cada reboque deverá ter um seguro próprio de Responsabilidade Civil, ficando assim derrogada a exclusão de serviço de reboque para todas as viaturas da frota, sem existir a necessidade de identificar as viaturas que efetuam serviço de reboque;

4.5. As garantias do seguro mantêm-se estando parqueadas ao ar livre, em recinto fechado, da propriedade do Município.

5. **FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento do prémio será feito numa única vez, para o ano de 2022, sem quaisquer custos de emissão de apólices.

A Tabela I, a seguir apresentada, contém as viaturas a incluir na presente proposta:

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

Tabela I – Veículos e Viaturas municipais a segurar

Marca	Cilindrada cm3	Matrícula	Tipo de veículo	Data da Matrícula	Coberturas Atuais
Volkswagen Golf	1896	39-34-NL	Ligeiro Passageiros	25-05-1999	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Mercedes Benz 111 CDI	2148	98-11-ZT	Ligeiro Mercadorias	19-04-2005	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Mitsubishi Canter	3908	98-14-LP	Pesado Mercadorias	05-08-1998	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Renault Kangoo	1870 cc	09-98-PX	Ligeiro Mercadorias	04-07-2000	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Mitsubishi L400	2477	98-02-PM	Ligeiro Passageiros	02-05-2000	R.C.; A.V.; Oc. Viat.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Renault Kangoo	1870	12-68-PX	Ligeiro Mercadorias	04-07-2000	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Mitsubishi L400	2477	98-08-PM	Ligeiro Passageiros	02-05-2000	R.C.; A.V.; Oc. Viat.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Mitsubishi Canter	3908	52-71-VA	Pesado Mercadorias	19-05-2003	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Mercedes "Auto-Tanque"	6374	46-36-QS	Pesado Esp. P/ Limpeza Urbana	06-12-2000	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Mitsubishi Canter	2977	18-88-VR	Ligeiro Mercadorias	12-11-2003	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Retroescavadora CASE 580 LE		CGG0217312	Escavadora	-	R.C. ; Oc. Viat.; Prot. Jur.
Land Rover Defender D	2494	45-90-EP	Ligeiro Misto	21-12-1994	R.C.; A.V.; Oc. Viat.; Prot. Jur.; ; Q.I.V.
Auto-betoneira Messersi		204V/001		-	R.C. ; Oc. Viat.; Prot. Jur.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

Autocarro Toyota Optimo 2K de 28 lugares	4009	73-GD-94	Pesado Passageiros	14-07-2008	R.C.; A.V.; Oc. Viat.; Prot. Jur.; ; Q.I.V.
Autocarro Toyota Optimo 2K de 28 lugares	4009	73-GD-93	Pesado Passageiros	14-07-2008	R.C.; A.V.; Oc. Viat.; Prot. Jur.; Q.I.V.
IVECO 35C14H D	2287	Em aquisição (já adjudicado)	Ligeiro Mercadorias	2020	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
IVECO 35C14H D	2287	Em aquisição (já adjudicado)	Ligeiro Mercadorias	2020	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Nissan Cabstar	2494	93-58-RQ	Ligeiro Mercadorias	22-05-2001	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Dumper LIS	-	L605602	Máquinas especiais	-	R.C. ; Oc. Viat.; Prot. Jur.
Mercedes Benz "Auto Varredora"	4249	95-FD-98	Pesado Esp. P/ Limpeza Urbana	31-01-2008	R.C.; A.V.; Oc. Viat.; Prot. Jur.; Q.I.V.
Cilindro Caterpillar	-	4ZW03265	Máquinas especiais	-	R.C. ; Oc. Viat.; Prot. Jur.
Dumper Silla	-	-	Máquinas especiais	-	R.C. ; Oc. Viat.; Prot. Jur.
Toyota HiAce 9 Lugares	02446	26-75-QL	Ligeiro Passageiros	16-10-2000	R.C.; A.V.; Prot. Jur.; Q.I.V.

III. Seguro Multirriscos para Património/Imóveis

1. ÂMBITO E OBJETO DO SEGURO:

1.1. Pretende-se um seguro para os bens, tanto móveis como imóveis (de acordo com a tabela a seguir apresentada), incluindo benfeitorias ou sobre os quais exista interesse em segurar, nomeadamente como usufrutuário ou locatário, que façam parte integrante do património imobiliário e mobiliário do Município.

1.2. Ficam incluídos na definição acima e de acordo com a relação da Tabela II:

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

a) Todos os bens desde que se trate de utensílios, máquinas, material de exposição e equipamento fixo ou móvel/portátil em deslocação, em qualquer local;
b) Os bens de terceiros sob custódia, cuidado ou controle da entidade adjudicante, incluindo objetos e/ou bens de carácter artístico para exposição;
c) Todo e qualquer local onde o tomador do seguro possua instalações ou interesses, e ainda, os locais que possam vir a ser incluídos.

2. **CONDIÇÕES ESPECIAIS:**

2.1. Em caso de sinistro o adjudicatário não deverá aplicar a regra proporcional se a diferença entre a globalidade dos capitais seguros e o correspondente valor global de substituição for inferior a 10% destes últimos.

2.2. Em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos. O valor de substituição terá como limite máximo o dobro do valor dos bens sinistrados no momento anterior ao do sinistro.

2.3. Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

2.4. Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que, se no momento em que ocorrer um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

3. **RISCOS COBERTOS**:

a) Incêndio, queda de raio e/ou explosão;
b) Tempestades;
c) Inundações;
d) Danos em muros, vedações e portões;
e) Aluimentos de terras;
f) Greves, tumultos, alterações da ordem pública;
g) Danos causados por fumo;
h) Limpeza, demolição e remoção escombros;
i) Desenhos, documentos e livros;
j) Danos em bens do senhorio;
k) Riscos elétricos;
l) Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;
m) Avaria de máquinas;
n) Derrame acidental;
o) Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes seja de função habitacional ou profissional;
p) Honorários de peritos;
q) Perda de rendas;
r) Quebra ou queda acidental de bens;
s) Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;
t) Bens de terceiros confiados;
u) Furto e/ou roubo, incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte;
v) Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;
w) Danos em transporte terrestre de bens;
x) Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas;
y) Infidelidade de empregados.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

4. **CAPITAL A SEGURAR** - Assim, aplica-se um limite máximo de indemnização de 5.000.000,00 €, por anuidade do seguro e sinistro. Ficam expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

Danos causados por fumo	30.000,00 €
Limpeza, demolição e remoção de escombros	250.000,00 €
Desenhos e documentos	30.000,00 €
Danos em bens do senhorio	30.000,00 €
Riscos elétricos	75.000,00 €
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	75.000,00 €
Avaria de máquinas	200.000,00 €
Derrame acidental	35.000,00 €
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	30.000,00 €
Honorários de peritos	30.000,00 €
Perda de rendas	25.000,00 €
Quebra ou queda acidental de bens	30.000,00 €
Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas	30.000,00 €
Bens de terceiros	25.000,00 €
Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	300.000,00 €
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	7.500,00 €
Danos em transporte terrestre de bens	30.000,00 €
Danos em jardins	30.000,00 €
Infidelidade de empregados	7.500,00 €
Danos em bens de empregados	5.000,00 €

5. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**: O presente seguro fica sujeito a uma franquia fixa de 500,00 € do valor dos prejuízos indemnizáveis, com exceção dos riscos abaixo indicados que ficam sujeitos às seguintes franquias:

a) Riscos elétricos, equipamento eletrónico, furto e/ou roubo, quebra ou queda acidental de bens, quebra ou queda acidental, bens de terceiros, atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem e transporte terrestre – Fixa 250,00 €.

b) Danos em bens de empregados – Fixa de 100,00 €.

6. **FORMA DE PAGAMENTO**: O pagamento do prémio será feito numa única vez, sem quaisquer custos de emissão de apólice. Sempre que possível, o adjudicatário deverá indicar valor por edifício/imóvel, constante da tabela II.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

7. **CONDIÇÕES ESPECIAIS:**

7.1. Derrogação da regra proporcional: Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10,00% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

7.2. Atualização de capitais: O segurador atualizará anualmente os capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

7.3. Indemnização na base do valor de substituição em novo: Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta Apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

7.4. Adiantamento por conta de sinistros: Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

7.5. Bens de terceiros - O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, desde que, ou na medida em que, esses bens não se encontrem seguros pelos proprietários ou qualquer outra pessoa, sendo neste caso a responsabilidade do segurador limitada à quantia a pagar pelo segurado com o fim de compensar o respetivo proprietário pelos danos ou estragos sofridos pelos referidos bens.

7.6. Riscos elétricos - Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

7.7. Exposições temporárias - Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

a) Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos do Município ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação.
b) A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga.
c) O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário.
d) O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que o limite máximo de responsabilidade do segurador é de 75.000,00 euros/ano/sinistro, em 1.º risco.

7.8. Coleções, pares ou séries de objetos

7.8.1. Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto.

7.8.2. Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

a) Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

b) Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

7.8.3. Danos acontecidos em transportes terrestres:

7.8.4. Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

7.9. Quebra ou queda acidental de bens: Fica garantido qualquer dano acidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

7.10. Bens existentes ao ar livre: Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da apólice, fica convencionado que os bens existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

7.11. Danos em jardins: Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.

7.12. Danos em bens de empregados:

7.12.1. Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral.

7.12.2. A presente cobertura está limitada a 1.000,00 euros de indemnização por sinistro, com um máximo de 3.000,00 euros por anuidade.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

7.13. Gastos extraordinários: Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00 euros/ano/sinistro.

7.14. Despesas suplementares com trabalhos provisórios: Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente. Ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. O limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, é de 30.000,00 euros/ano/sinistro.

7.15. Desenhos, documentos e livros - Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.

7.16. Furto e/ou roubo - Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

7.17. Obras menores: Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a uma risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice. Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00€.

7.18. Compensação de capitais: Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

7.19. Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado:

a) Função Habitacional - Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

- **Gastos de hotel** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem.;
- **Gastos de mudança e guarda de bens** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis:

  i. a mudança até à habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.
  ii. a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória e respetivos custos, os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

- **Gastos de restaurante e lavandaria-** Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 euros, por fogo/habitação sinistrado.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

b) Função Profissional:

- Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia.
- A indemnização será paga contra documentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.
- Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.
- No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 35.000,00 euros, por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

8. OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO:

8.1. Para reclamações de prejuízos até 2.500,00 euros, antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

a) Apresentação da participação de sinistro;
b) Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
c) Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

8.2. Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Município, não podendo invocar para tal, a entrega dos

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Município, uma vez que por lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

Tabela II

Lista de Património / Edifícios

Lista de Património / Edifícios a incluir no presente procedimento					
Identificação Edifício e morada	**Morada**	**Valor Patrimonial**	**Recheio (Mobiliário + Equipamento)**	**Tipo de Uso**	**Ano de Construção**
PAÇOS DO CONCELHO (ESCRITÓRIO, GABINETE DA PRESIDENTE, SALA REUNIÕES, SALAS DE EXPOSIÇÕES, SALA DE FORMAÇÕES, GABINETE DE PROMOÇÃO)	Largo do Pelourinho, Cidade Vila Baleira, 9400-001 Porto Santo	**218.641,18 €**	**20.000,00 €**	Autarquia	1756 (século18) Inventário do Património Imóvel da Ilha do Porto Santo
BIBLIOTECA (LOCAL DE ESTUDO/PESQUISA)	Rua Doutor Nuno Silvestre Teixeira, n.º 19, 9400-162 Porto Santo	**120.000,00 €**	**20.000,00 €**	Consultas, pesquisa e estudos	1949
CAPELA DO CEMITÉRIO DE SANTA CATARINA e CREMATÓRIO	Estrada José da Glória Rosado n.º 13 A, 9400-161 Porto Santo	**836.231,18 €**	**100.000,00 €**	Capela e crematório	1937
CANIL/GATIL DO PORTO SANTO	Rua do Ribeiro de Santo António, N.º 20 Sítio das Casinhas, 9400-213 Porto Santo	**838.901,00 €**	**20.000,00 €**	Canil/Gatil	2007
PARQUE DE MATERIAIS DA CÂMARA	Estrada do Parque Empresarial, n.ºs 27 e 29, Sítio do Tanque, 9400-174 Porto Santo	**616.148,28 €**	**30.000,00 €**	Escritório, Cantina, Oficinas, armazéns e parque de viaturas	1990
BALNEÁRIOS, SÍTIO DA FONTINHA	Rua Goulart Medeiros, Praia da Fontinha, 9400-164 Porto Santo	**30.000,00 €**	**3.000,00 €**	Apoio Balnear	1960

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

ECOTECA-ESPAÇO LÚDICO, LAZER REUNIÕES/ESTUDO)	Rua do Conde Roger Von Norman, n. º8, Campo de Baixo, 9400-187 Porto Santo	**159.000,00 €**	**2.000,00 €**	Atividades 3ª idade e ATL	
JARDIM DO TANQUE E PARQUE AUTOMÓVEL	Estrada Regional 262, Sítio do Tanque, 9400-121 Porto Santo	**10.000,00 €**	**1.000,00 €**	Espaço Lazer	
BAIRRO SOCIAL DO CAMPO DE BAIXO+ POLIDESPORTIVO	Estrada Padre Carlos de Freitas, n. º26, Sítio do Campo de Baixo, 9400-136 Porto Santo	**1.464.820,00 €**	**5.000,00 €**	Habitação e campo jogos (33 fogos, 12 garagens e 3 lojas)	1995
MOINHOS DO SÍTIO DA PORTELA	Estrada Carlos Pestana Vasconcelos - Portela, 9400-212 Porto Santo	**79.200,00 €**	**1.000,00 €**	Turística	
MIRADOURO DO MOINHO	Estrada José António Taboada, n.º 91 D - Lombas, 9400- 141 Porto Santo	**30.000,00 €**	**1.000,00 €**	Moinho + Bar e parque automóvel	1973
ESCOLA DO FARROBO + CANTINA+ PARQUE INFANTIL	Estrada Regional 120, N.º 10 - Sítio do Farrobo, 9400-243 Porto Santo	**75.920,00 €**	**10.000,00 €**	Ensino Pré-escolar	1958
ESCOLA DO CAMPO DE BAIXO + CANTINA + CAMPO DE JOGOS + PARQUE INFANTIL	Estrada Regional 120, n.º 230 - Sítio do Campo de Baixo, 9400-242 Porto Santo	**150.000,00 €**	**20.000,00 €**	Atividade Escolar	1965
ESCOLA DA PONTA (ESCUTISMO)	Estrada Regional 120n.º 360 - Sítio da Ponta, 9400-131 Porto Santo	**10.000,00 €**	**1.000,00 €**	Atividade Lúdica	1964
ESCOLA DA VILA, CANTINA E CAMPO DE JOGOS	Rua Dona Berta de Moura Teixeira Aguiar, n. º8, 9400-154 Porto Santo	**100.000,00 €**	**5.000,00 €**	Atividade Escolar	1958
DELEGAÇÃO ESCOLAR – ATENDIMENTO PÚBLICO	Delegação Escolar do Porto Santo, Rua Doutor Nuno Silvestre Teixeira, 9400-162 Porto Santo	**0,00 €**	**5.000,00 €**	Edifício administrativo	
CENTRO SOCIAL DA CAMACHA	Estrada Velha da Camacha, n.º 21, 9400-010 Porto Santo	**35.000,00 €**	**1.000,00 €**	Centro Social e Clube Motares	1954

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES (ESCOLA DA SERRA)	Rua João Teodorico da Câmara, n.º 4, 9400-152 Porto Santo	**25.000,00 €**	**0,00 €**	Associação De caçadores	1955
EDIFICIO DO ARTESANATO (EXPOSIÇÕES/COMERCIO)	Rua Doutor Nuno Silvestre Teixeira, n.º 42, 9400-162 Porto Santo	**9.713,75 €**	**0,00 €**	Exposições	1942
PARQUE INFANTIL	Avenida Infante D. Henrique, 9400-165 Porto Santo e na Avenida Manuel Gregório Pestana Júnior, 9400-172 Porto Santo	**5.000,00 €**	**62.000,00 €**	Parque Infantil	

IV. Seguro de Responsabilidade Civil Geral De Exploração

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

Pretende-se garantir o pagamento das indemnizações exigíveis ao Município de Porto Santo, dentro dos limites dos capitais seguros, pelos danos patrimoniais ou não patrimoniais resultantes de lesões corporais ou materiais causadas a terceiros, decorrentes de atos de gestão pública e privada, que, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, mas não exclusivamente, em aplicação da Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, na versão atualizada e dos artigos 491°, 492°, 493°, 500° e 501° do Código Civil, sejam imputáveis no exercício da sua atividade.

2. PESSOAS SEGURAS

2.1. Agentes colocados sob autoridade da entidade adjudicante no exercício das funções para que foram requisitados;

2.2. Civis requisitados para prevenir ou fazer cessar qualquer acidente, incêndio, flagelo ou calamidade;

2.3. Todo e qualquer voluntário que preste auxílio à entidade adjudicante.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

3. LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

- O limite de indemnização, por sinistro e anuidade, é de 500.000,00 €;

- Por intoxicações alimentares, por sinistro e anuidade, é de 100.000,00 €.

4. ÂMBITO DA COBERTURA

4.1 Por estas Cláusulas Técnicas, ficam garantidas pela Seguradora as Responsabilidades de natureza patrimonial e não patrimonial decorrentes de atos de gestão pública e privada que, nos termos da legislação em vigor, sejam imputáveis ao exercício das atividades do Município, identificadas nas Condições Particulares.

4.2 O contrato de seguro tem que garantir, entre outros, o pagamento das indemnizações devidas a terceiros, de natureza patrimonial ou não patrimonial, decorrentes de lesões corporais ou materiais, resultantes, a título enunciativo, mas não limitativo, resultantes da responsabilidade civil do segurado derivada:

a) Dos trabalhadores do Município, no exercício das suas funções.

b) De atos administrativos definitivos e executórios, do presidente da autarquia, dos vereadores ou de quaisquer outros titulares e por causa desse exercício.

c) De atos dos agentes que trabalhem por conta própria ou por conta do Município de Porto Santo, no exercício das suas funções e por causa desse exercício.

d) De atos dos agentes requisitados civilmente pelo Município de Porto Santo, ao abrigo da legislação em vigor, no intuito de prevenir ou pôr cobro a acidentes e calamidades.

e) Da gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento.

f) Das tampas, caixas de visita e sumidouros das redes de água e saneamento.

g) Da exploração de postos de combustíveis nos seus serviços municipais.

h) Da sua qualidade de proprietário, arrendatário, usufrutuário e/ou possuidor de imóveis e equipamentos, quer estes sejam destinados a utilização pública ou privada.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

i) Da execução de trabalhos de construção, ampliação, remoção, conservação, manutenção, renovação ou reparação.

j) De queda de telhas, árvores, andaimes ou quaisquer estruturas em resultado de ação de elementos naturais, desde que em consequência de ações ou omissões do Município.

k) De queda de materiais das viaturas do Município quando em circulação, desde que não esteja abrangido pelo Seguro Obrigatório do Ramo Automóvel.

l) Da eletrocussão e/ou queda total ou parcial de anúncios luminosos ou outros painéis publicitários, antenas, parcómetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade do Município ou por ela sejam explorados.

m) De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais, nas vias públicas, municipais e arruamentos, desde que em consequência de ações ou omissões do Município;

n) Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo-de-artifício e foguetes, durante feiras e festas cuja responsabilidade seja imputável ao Município.

o) De inundações desde que decorrentes de ações ou omissões do Município.

p) De abertura de valas em obras da responsabilidade do Município.

q) De danos acusados a condutas ou instalações subterrâneas.

r) De danos causados a cabos e instalações aéreas.

s) De danos a imóveis de terceiros, vizinhos das obras desde que na sequência de trabalhos realizados por piquetes de urgência.

t) Do sistema de recolha de lixo, nomeadamente operações de recolha, carga e descarga de contentores de lixo.

u) Da organização, promoção e realização de conferências, reuniões, atos culturais, recreativos, desportivos, feiras, festas e mercados, incluindo a utilização de estruturas amovíveis.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

v) Da exploração e gestão de escolas, infantários e creches, cantinas, colónias de férias, cinemas e outros espaços culturais e desportivos, incluindo parques infantis.

w) Da deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte conforme o Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro. Esta garantia tem uma indemnização máxima de 360.000,00 € por sinistro e anuidade.

x) Corte e abate de árvores quando efetuadas por trabalhadores do segurado e queda acidental de árvores, desde que decorrentes da ação ou omissão do Município.

y) Por uso e/ou utilização de imóveis, instalações ou depósito por parte do segurado na sua qualidade de inquilino ou usufrutuário.

z) Por operações de cargas, descargas e transporte de materiais, produtos ou equipamentos quando inerentes à atividade do segurado.

aa) Por intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nos refeitórios escolares e instalações de restauração geridas pelo segurado.

bb) Em consequência de incêndios e/ou explosão ocorrida nas instalações do segurado.

cc) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas.

dd) Da propriedade, manutenção, exploração e conservação de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não trabalhadores do Tomador).

ee) Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado pela guarda, utilização, trabalho ou outro fim.

ff) Danos causados por poluição, contaminação, fuga ou vazamento, em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

gg) Da laboração de empilhadores, gruas, máquinas de construção civil e outro equipamento auxiliar, propriedade e ao serviço do Segurado, desde que as mesmas não se enquadrem no âmbito do seguro obrigatório e código da estrada.

hh) Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação.

ii) Decorrentes de decorrente de alteração do meio ambiente e ou deterioração de instalações ou bens de terceiros, causados por poluição ou contaminação provocados enquanto no exercício da atividade do Município, única e exclusivamente quando a causa seja acidental, súbita e imprevisível.

jj) Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas.

kk) Do exercício das atividades desenvolvidas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal;

5. FRANQUIA

CONDIÇÕES ESPECIAIS / FRANQUIA:

5.1. FRANQUIA FIXA – 250,00 € por sinistro.

5.2. A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, o segurador emitirá um recibo de reembolso de franquia ao Município, o qual providenciará no seu pagamento no prazo de 30 dias.

5.3. Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializem em danos inferiores à franquia, o segurador aceitará, a pedido do Município, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, o segurador procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

6. EXCLUSÕES

a) Decorrentes de atos ou omissões dolosas do Tomador do Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;

b) Causados pelo Tomador do Seguro, pelo Segurado ou pessoas seguras em estado de embriagues ou sob influência de estupefacientes, drogas ou outros produtos tóxicos, desde que esse estado ou influência estejam devidamente comprovados, por decisão judicial transitada em julgado;

c) Responsabilidade Civil Automóvel;

d) Decorrentes de acidentes provocados por aeronaves;

e) Decorrentes de acidentes provocados por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;

f) Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

g) As reclamações decorrentes de responsabilidade assumidas por acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

h) Atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos ou serviços;

i) Ação de campos eletromagnéticos;

j) Os danos resultantes de asbestos, fibras de asbesto ou produtos que contenham asbestos ou sílica;

k) Os danos decorrentes de acidentes devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, lei marcial, hostilidades, revolução, rebelião, insurreição, poder militar usurpado ou tentativas de usurpação do poder, motins, comoção civil, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades públicas ou locais, vandalismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e "lock-out";

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

l) Os danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança e exemplares;

m) Derivados da interrupção ou suspensão total ou parcial da atividade exercida pelo Segurado;

n) Sofridos pelos próprios produtos do Segurado, bem como os gastos para averiguar e reparar tais danos.

o) Os danos causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes da legislação adequada e atualizada, tendo por base o anexo I da Diretiva n.º 79/409/CEE ou dos anexos I, II e IV da Diretiva n.º 92/43/CEE ou habitats e espécies não abrangidos por aquelas diretivas mas em relação aos quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza, bem coimo quaisquer despesas efetuadas para prevenir estes danos.

7. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ANÁLISE DO RISCO:** O orçamento anual, a população e a área total, da entidade adjudicante para o ano de 2022, é o seguinte:

Orçamento em execução 2021	População (censos 2021)	Área Total do Concelho (Km²)
6.332.998,25 euros	5 158 hab.	42,17 km²

8.**FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento do prémio será efetuado de uma única vez, após a emissão da apólice, sem qualquer custo de emissão.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

V. Seguro de Acidentes Pessoais - Autarcas

1. **OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO**:

1.1. Deve garantir os acidentes corporais sofridos pelos respetivos autarcas, eleitos locais, quando se encontrem ao serviço da autarquia, em qualquer parte do mundo, conforme previsto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na versão atualizada.

1.2. Para efeito deste seguro são consideradas as seguintes Pessoas Seguras:

a) Presidentes de Câmara;
b) Vereadores em regime de permanência;
c) Vereadores em regime de não permanência;
d) Membros da assembleia municipal;

Nota: Os membros da Assembleia Municipal participam anualmente em 5 sessões ordinárias, podendo existir sessões extraordinárias, de acordo com o disposto do artigo 28.º do Anexo I, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na versão atualizada.

1.3. Pretende-se uma apólice aberta.

2. **RISCOS A SEGURAR**

2.1. Eleitos locais em regime de permanência – Risco Profissional;

2.2. Eleitos locais em regime de não permanência e Membros da Assembleia Municipal – Risco Profissional (quando no exercício das funções ou em representações autárquicas);

2.3. Garantindo-se adicionalmente os seguintes riscos:

a) Resultantes de cataclismo da natureza, tais como ventos ciclónicos, terramotos, maremotos e outros fenómenos análogos nos seus efeitos e ainda ação do raio;
b) Consequentes de greves, distúrbios laborais, alteração de ordem pública, atos de terrorismo e sabotagem;

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

c) Resultantes da utilização pelo Tomador do seguro/Pessoa Segura, durante as deslocações, de meios normais de transporte, incluindo veículos motorizados de duas rodas e aeronaves comerciais e particulares.

3. **CAPITAIS E COBERTURAS:**

Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas Funeral	Beneficiários
1 Presidente	165.900,00 €	8.295,00 €	1.000,00 €	Herdeiros Legais
1 Vereador a Tempo Inteiro e 1 Vereador a Meio Tempo	122.511,00 €	6.125,00 €	1.000,00 €	Herdeiros Legais
2 Vereadores Não permanentes	50.000,00 €	2.500,00 €	1.000,00 €	Herdeiros Legais
16 Membros da Assembleia	25.000,00 €	1.250,00 €	1.000,00 €	Herdeiros Legais

4. **FRANQUIA -** Sem Franquia.

5. **FORMA DE PAGAMENTO -** O pagamento do prémio será efetuado numa única vez, após a emissão da apólice, sem qualquer custo de emissão.

VI. Seguro de responsabilidade civil dos parques infantis

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

Pretende-se garantir o pagamento das indemnizações exigíveis ao Município de Porto Santo, dentro dos limites dos capitais seguros, de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacte, em harmonia com o Decreto-Lei nº 203/2015 de 17 de setembro.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

2. PESSOAS SEGURAS

Todos os utilizadores dos parques infantis municipais.

3. LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

O Capital mínimo obrigatório – 355.000,00 euros.

4. ÂMBITO DA COBERTURA

No cumprimento da legislação aplicável, garante o pagamento de indemnizações:

a) Que sejam exigíveis ao Segurado por lesões corporais causadas a terceiros utilizadores dos espaços de jogo e recreio em virtude da sua deficiente instalação e manutenção, respetivo equipamento e superfícies de impacte;

b) Resultantes de eventos ocorridos:

i) Durante a vigência da apólice;

ii) Dentro dos limites territoriais da ilha do Porto Santo.

2. **FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento do prémio será feito numa única vez, sem qualquer custo de emissão.

5. Tabela III - Lista de Parques Infantis a segurar no âmbito deste seguro

Lista de Património / Edifícios a incluir no presente procedimento					
Identificação Edifício e morada	**Morada**	**Valor Patrimonial**	**Recheio (Mobiliário + Equipamento)**	**Tipo de Uso**	**Ano de Construção**
PARQUE INFANTIL E CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO C/PRÉ-ESCOLAR DO CAMPO DE BAIXO	Estrada Regional 120, n.º 230 - Sítio do Campo de Baixo, 9400-242 Porto Santo	**50.000,00 €**	**15.000,00 €**	Parque Infantil e Campo de Jogos	1965
PARQUE INFANTIL DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO C/PRÉ-ESCOLAR DO FARRÔBO	Estrada Regional 120, N.º 10 - Sítio do Farrobo, 9400-243 Porto Santo	**10.000,00 €**	**2.500,00 €**	Parque Infantil	1958

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

PARQUE INFANTIL	Avenida Infante D. Henrique, 9400-165 Porto Santo e na Avenida Manuel Gregório Pestana Júnior, 9400-172 Porto Santo	**5.000,00 €**	**62.000,00 €**	Parque Infantil	
Parque Infantil, Ginásio ao Ar Livre e Zona de Lazer	Urbanização Campo Sol, Rua do Devoto Santíssimo – Campo de Cima, 9400-227 Porto Santo	**50.000,00**	**15.000,00**	Parque Infantil e Ginásio ao Ar Livre	2021
CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO C/PRÉ-ESCOLAR DO PORTO SANTO (VILA)	Rua Dona Berta de Moura Teixeira Aguiar, n. º8, 9400-154 Porto Santo	**20.000,00 €**	**2.500,00 €**	Parque Infantil e Campo de Jogos	1958
POLIDESPORTIVO DO BAIRRO SOCIAL DO CAMPO DE BAIXO	Estrada Padre Carlos de Freitas, n. º26, Sítio do Campo de Baixo, 9400-136 Porto Santo	**20.000,00 €**	**7.000,00 €**	Polidesportivo	1995

VII. Seguro de responsabilidade civil das instalações desportivas

1. OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

Pretende-se garantir o pagamento das indemnizações exigíveis ao Município de Porto Santo, dentro dos limites dos capitais seguros, de responsabilidade civil por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação e manutenção dos espaços desportivos, respetivo equipamento e superfícies de impacte, em harmonia com o Decreto-Lei nº 10/2009 de 12 de janeiro.

2. PESSOAS SEGURAS

Todos os utilizadores das instalações desportivas municipais.

3. LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

O capital mínimo obrigatório é de 200.000,00 euros.

4. ÂMBITO DA COBERTURA

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

No cumprimento da legislação aplicável, garante o pagamento de indemnizações:

a) Que sejam exigíveis ao Segurado por lesões corporais causadas a terceiros utilizadores das instalações desportivas em virtude da sua deficiente instalação e manutenção, respetivo equipamento e superfícies de impacte;

b) Resultantes de eventos ocorridos:

i) Durante a vigência da apólice;

ii) Dentro dos limites territoriais da ilha do Porto Santo.

5. FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento do prémio será feito de uma única vez, sem qualquer custo de emissão.

6. Tabela IV - Lista de Instalações desportivas a segurar no âmbito deste seguro

Lista de Património / Edifícios a incluir no presente procedimento					
Identificação Edifício e morada	**Morada**	**Valor Patrimonial**	**Recheio (Mobiliário + Equipamento)**	**Tipo de Uso**	**Ano de Construção**
CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO C/PRÉ-ESCOLAR DO CAMPO DE BAIXO	Estrada Regional 120, n.º 230 - Sítio do Campo de Baixo, 9400-242 Porto Santo	50.000,00 €	10.000,00 €	Parque Infantil e Campo de Jogos	1965
CAMPO DE JOGOS DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO C/PRÉ-ESCOLAR DO PORTO SANTO (VILA)	Rua Dona Berta de Moura Teixeira Aguiar, n. º8, 9400-154 Porto Santo	400.000,00 €	5.000,00 €	Campo de Jogos	1958
Parque Infantil, Ginásio ao Ar Livre e Zona de Lazer	Urbanização Campo Sol, Rua do Devoto Santíssimo – Campo de Cima, 9400-227 Porto Santo	50.000,00	15.000,00	Parque Infantil e Ginásio ao Ar Livre	2021
CAMPO DE JOGOS DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA CAMACHA	Estrada Velha da Camacha, n.º 21, 9400-010 Porto Santo	70.000,00 €	5.000,00 €	Campo de Jogos	1954

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto

POLIDESPORTIVO DO BAIRRO SOCIAL DO CAMPO DE BAIXO	Estrada Padre Carlos de Freitas, n. º26, Sítio do Campo de Baixo, 9400-136 Porto Santo	70.000,00 €	70.000,00 €	Polidesportivo	1995

VIII. OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Não dispondo o Município dos dados relativos sobre Nº de sinistros, Nº de dias de ITA e ITP, Nº de casos de morte e de IPP das 3 últimas anuidades (2018, 2019, 2020) e durante o corrente ano de 2021, ficam os operadores económicos convidados no presente procedimento autorizados a solicitá-los à Seguradora detentora do risco atualmente (Companhia de Seguros - Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A. para os anos de 2018, 2019 e 2020 e Companhia de Seguros - Generali Seguros, S.A. para o ano de 2021);

2. Também no caso de valores relativos aos custos com sinistros contemplando (Prestações em Espécie, Prestações em Dinheiro, Provisões Matemáticas e provisões para processos em curso), das 3 últimas anuidades (2018, 2019, 2020), o Município não dispõe destes dados, ficando os candidatos ao presente procedimento autorizados a solicitá-los à Seguradora detentora do risco atualmente – Companhia de Seguros - Generali Seguros, S.A.;

3. O número da apólice e seguradora detentora do risco da cobertura de Acidentes de Trabalho atualmente vigente é: 0101018358961 sendo Segurador Companhia de Seguros - Generali Seguros, S.A.;

4. A Massa Salarial anual das anuidades: 2018, 2019 e 2020 foi respetivamente de 1.679.006,54 euros em 2018, de 1.730.500,63 euros em 2019 e 1 748 731,49 euros em 2020. Para o corrente ano de 2021, a estimativa é de 1 778 468,76 euros;

5. Relativamente à Sinistralidade ocorrida, com número de ocorrências e indemnizações pagas: nos seguros de "RC Equipamento Desportivo e de RC Espaço de jogo e recreio", evidenciamos que não há qualquer registo de sinistralidade na área de riscos patrimoniais nos últimos 3 anos.

Rua Dr. Nuno Silvestre Teixeira | Apartado 81 – 9401-909 Porto Santo | Telefone: 291 980 640/646 | Fax: 291 982 860
e-mail geral@cm-portosanto.pt | site oficial: https://cm-portosanto.pt/ | facebook.com/municipioportosanto